

Contra Tordesilhas

- A fundação de vilas e o estabelecimento do governo-geral na Bahia não dissuadiram os franceses de tentarem fixar uma colônia no Brasil.
- O interesse dos franceses pela colônia portuguesa na América surgiu desde o momento da notícia da descoberta do território no Atlântico Sul.
- As expedições francesas sucessivas indicam que a França pretendia fazer valer sua presença na “rota das cores” e no comércio do pau-brasil.
- Enquanto a França enfrentava uma guerra que se iniciou em 1521 e que vai durar 27 anos contra o SIRG, **havia uma rivalidade entre os franceses e os portugueses também.**
- Essa rivalidade fica evidente na invasão do litoral brasileiro e nos ataques de corsários à navegação portuguesa.

Sobre os franceses:

- A fundação do forte de Villegagnon não foi algo simples para os franceses e, segundo Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopes, mudou a vida dos tamoios que, ao invés de praticarem seus rituais antropofágicos com os inimigos (também indígenas) passam a vendê-los para os invasores.
- Quando a regente do trono português (Catarina) soube da ocupação francesa organizou uma reação: em março de 1560, “homens de armas” portugueses e indígenas recrutados por Mem de Sá (terceiro governador-geral) na Bahia, em Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo chegaram à baía de Guanabara.
- Depois de 12 dias de negociações, as forças comandadas pelo governador-geral atacaram o **Forte Coligny.**
- Foram três dias de intensas lutas. No fim, os franceses abandonaram a ilha e o forte.
- Para evitar novas tentativas de presença nessa região, as batalhas se estenderam por mais dois anos. O sobrinho de Mem de Sá, Estácio de Sá, morreu em batalha.
- Foi neste contexto que o Rio de Janeiro foi fundado.

O açúcar

“Quem vir na escuridade da noite aquelas fomalhas tremendas perpetuamente ardentes [...] o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de tréguas, nem de descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de inferno.”

Pe. Antônio Vieira (citado no livro Brasil, uma biografia. pág. 50)

- Desde a expedição comandada por Martim Afonso de Sousa, havia o conhecimento de que o solo da colônia americana apresentava condições para o cultivo da cana-de-açúcar.
- Quando São Vicente foi fundada (1532), foram implantados 3 engenhos.
- Em Pernambuco, foram investidos recursos para montar engenhos e escravizar indígenas. **No final do século XVI, a capitania era a principal e mais rica região produtora de açúcar do Império português.**

O açúcar na província de Santa Cruz (Brasil)

- O cultivo da cana foi a base material que propiciou o estabelecimento dos europeus no trópico.
- Em 1570, a Província contava com 60 engenhos. 41 deles nas capitanias de Pernambuco e Bahia. Quinze anos depois, o número de engenhos nestas duas regiões mais do que triplicou, atingindo a marca dos 131 engenhos.
- Em 1590, a colônia contava com 150 engenhos espalhados pelas capitanias de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente.

O açúcar e o tráfico de escravizados africanos

- É importante lembrar que o cultivo e o processamento da cana tinham limitações. A produção do açúcar demandava terras em extensão - pois exauria o solo e devastava florestas - e necessitava de mão-de-obra abundante.

- O primeiro problema não era preocupante, pois as terras de certas partes do Novo Mundo eram especialmente adequadas ao cultivo da cana.

- Restava a questão da mão-de-obra: no início a mão de obra era suficiente, pois os nativos foram escravizados.

- No entanto, com a expansão do tráfico de africanos e os lucros advindos dessa atividade, começou-se a olhar com interesse para a substituição do tipo de mão-de-obra.

- Segundo Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota, a expansão da agroindústria para o Brasil “foi responsável pela intensificação e pelo desenvolvimento do tráfico em grande escala de escravos africanos, tornando-se um dos setores mais rentáveis do comércio colonial.” (LOPES, MOTA, 2012)

“As razões da opção pelo escravo (sic) africano foram muitas. É melhor não falar em causas, mas em um conjunto de fatores. A escravização do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho compulsório como pretendido pelo europeus. (...)

As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles. (...)

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. (...)

- Não por acaso, a partir da década de 1570 incentivou-se a importação de africanos e a Coroa começou a tomar medidas por meio de várias leis, para tentar impedir o morticínio desenfreado dos índios.

A implantação

- A primeira vez que se cogitou a intenção de implantar uma indústria açucareira no Brasil foi em 1516.

- No livro "Brasil, uma biografia", as autoras analisam que as regiões que se saíram bem no modelo das capitanias, foram as que aliaram a

produção de cana-de-açúcar a uma convivência pacífica (ao menos em termos de tentativa) com os indígenas.

- Para essas autoras, a história do açúcar seiscentista é a história do próprio Nordeste.

- Apesar do solo fértil, a expansão da agroindústria açucareira não foi simples. Exigia-se um grande investimento.

- O engenho, designação que incluía os partidos de cana e a cidade fabril de seu processamento, dominou a vida dessa parte da colônia desde meados do século XVI.

- Nem todos os proprietários que cultivavam a cana possuíam dinheiro suficiente para instalar um engenho.

- Alguns colonos recebiam sesmarias e dedicavam-se só ao plantio da cana, que era então processada por algum senhor de engenho.

- Havia também dos donos das engenhocas: pequenos proprietários que plantavam cana para obter outros derivados como a aguardente, o melado, a rapadura.

- O negócio da produção e comercialização do açúcar formava uma complexa rede de interesses que envolvia não só os senhores de engenho das capitanias da Bahia e Pernambuco, as também os negreiros portugueses que operavam na costa ocidental da África, os armadores portugueses que, a partir de 1571, obtiveram exclusividade no comércio com o Brasil, e os comerciantes das cidades dos Países Baixos, sobretudo de Antuérpia, que se encarregavam de redistribuir o açúcar pelo continente europeu, além de fornecermos produtos manufaturados utilizados no comércio com a África ocidental e o Brasil.

- Vale ressaltar que muitos capitalistas e homens de negócios estrangeiros investiram diretamente na produção de açúcar.

- A expansão da cultura da cana, em todas as suas dimensões, constituiu mais uma etapa no domínio português das especiarias tropicais. Tal como no caso da pimenta-da-índia, do cravo e da canela, Portugal manteve durante praticamente um século o monopólio daquele gênero.

- Toda a empresa colonizadora tinha, na Província de Santa Cruz, como nas Índias (embora de formas nitidamente diversas) caráter acentuadamente mercantil.

- Lisboa era o principal porto de destino do açúcar americano. Uma parte da produção destinava-se às cidades do Porto, de Viana do Castelo, que a cada ano armava 70 velas destinada ao comércio com o Brasil, e de Póvoa de Varzim. Não há dúvida de que o investimento necessário para essa expansão nem sempre era português.

- Aliás, a redistribuição, o “contrato da Europa”, *“nunca foi dos portugueses. Inicialmente, concentrava-se no porto e na cidade de Antuérpia, em Flandres, que controlava a distribuição desses produtos. Lá, a pimenta portuguesa era trocada por prata da Europa central. Após a quebra das principais casas bancárias que financiavam as coroas espanhola e portuguesa, cuja bancarrota em 1556 e 1560, respectivamente, (...) o comércio de gêneros tropicais deslocou-se para o norte dos Países Baixos. Mais precisamente para a cidade de Amsterdam.”*

Formação da sociedade brasileira - um olhar de Gilberto Freyre

“A enorme dificuldade envolvida numa adequada compreensão de sua obra resulta de vários fatores combinados. Uma razão importante parece-me a extraordinária disparidade de sua obra. Enquanto, normalmente, na maioria dos grandes autores, a obra de maturidade representa uma condensação intelectual que propicia maior grau de coerência e elaboração dos temas que marcaram a trajetória intelectual desses autores, Gilberto parece ser uma exceção a essa regra. Seus melhores livros são escritos ainda na década de trinta, quando o autor ainda era muito jovem, e dentre eles, além de Casa-grande e senzala, especialmente Sobrados e mucambos, a sua obra prima no nosso ponto de vista.”

“Em Casa-grande e senzala a questão central é efetivamente o encontro intercultural nos trópicos.

Esse texto parece-me concentrar os temas que associamos comumente com o debate ligado a Gilberto Freyre, como a miscigenação e a comparação, às vezes explícita, o mais das vezes implícita, mas sempre presente, com o desenvolvimento norte-americano.”

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. Artigo publicado na Revista de Sociologia da USP. Maio de 2000. Acessado em 24 de janeiro de 2022. <https://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a05.pdf>

“No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado, pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores. O açúcar não só abafou as indústrias democráticas de pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, em uma grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e de pecuária. E exigiu uma enorme massa de escravos.”

“A criação de gado, com possibilidade de vida democrática, deslocou-se para os sertões. Na zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semifeudal – uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palhas, vassalos das casas-grandes em todo o rigor da expressão.”

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. pág. 32

A partir dessa análise, Freyre entende que, apesar da violência no processo de miscigenação, haveria uma “democracia racial” no Brasil, em uma situação muito diferente dos Estados Unidos, por exemplo.

A crítica de Emília Viotti

“(...) o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre descreveu o idílico cenário da democracia racial brasileira. Embora reconhecesse que os brasileiros não foram inteiramente isentos de preconceito racial, Freyre argumentava que a distância social, no Brasil, fora o resultado de diferenças de classe, bem mais do que de preconceitos de cor ou raça. Como os negros brasileiros desfrutavam de mobilidade social e oportunidades de expressão cultural, não desenvolveram uma consciência de serem negros da mesma forma que seus congêneres norte-americanos.”

Freyre também apontou o fato de que, no Brasil, qualquer pessoa que não fosse obviamente negra era considerada branca. Expressou a convicção de que os negros estavam rapidamente desaparecendo no Brasil e incorporando-se ao grupo branco. E foi além disso. Censurou os que se inquietavam com os possíveis efeitos negativos do amálgama étnico e intelectual do mulato. Foi no processo de miscigenação que Freyre julgou terem os brasileiros descoberto o caminho para escapar dos problemas raciais que atormentavam os norte-americanos.”

“Cerca de vinte anos depois, uma nova geração de cientistas sociais, estudando as relações raciais no Brasil, chegou a conclusões bastante diferentes. Estes cientistas acumularam uma nova quantidade de evidências de que os brancos no Brasil foram preconceituosos e de que os negros, apesar de não terem sido legalmente discriminados, foram ‘natural’ e informalmente segregados.”

“A maioria da população negra permaneceu numa posição subalterna sem nenhuma chance de ascender na escola social. As possibilidades de mobilidade social foram severamente limitadas aos negros e sempre que eles competiram com os brancos, foram discriminados. A caracterização ortodoxa predominante de que o Brasil é uma democracia racial passou a ser um mero mito para os revisionistas, que começaram a falar na

‘intolerável contradição entre o mito da democracia racial e a real discriminação contra negros e mulatos’, e a acusar os brasileiros de terem o fundamental preconceito de não serem preconceituosos.”

“O quadro que Gilberto Freyre forneceu das relações raciais no Brasil expressava, entretanto, uma opinião difundida não apenas entre a maioria da elite branca, como também, surpreendentemente, entre muitos negros. Ambos estes grupos receberam o trabalho fornecido pelos revisionistas da mesma forma como haviam recebido as tentativas de organizar um movimento negro no Brasil: com suspeita – se não com ressentimento – e algumas vezes, com indignação. Os revisionistas foram acusados de inventar um problema racial que não existia no Brasil.”

“O estudo das ideologias raciais no Brasil nos fornece uma excelente oportunidade para analisar a dinâmica da mitologia social. Os mitos sociais, como sabemos, são constantemente criados e destruídos. São uma parte integrante da realidade social e não devem ser vistos meramente como um epifenômeno. Na vida diária, mito e realidade estão interrelacionados.”

COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República. Pág. 367-369.

A indústria açucareira – Boris Fausto

“Até meados do século XVIII, a região nordestina, que era designada como o Norte, concentrou as atividades econômicas e a vida social mais significativa da Colônia; nesse período, o Sul foi uma área periférica, menos urbanizada, sem vinculação direta com a economia exportadora. Salvador foi a capital do Brasil até 1763 e, por muito tempo, sua única cidade importante. (...)”

A empresa açucareira foi o núcleo central da ativação socioeconômica do Nordeste. O açúcar tem uma longa e variada história. (...)”

FAUSTO, Boris. História do Brasil. Editora Edusp.

A União Ibérica e a Guerra pelo açúcar

"O que venho a pedir ou protestar, Senhor, é que nos ajudeis e nos liberteis: Adjuva nos, et redime nos. Mui conformes são estas petições ambas ao lugar e ao tempo. Em tempo que tão oprimidos e tão cativos estamos, que devemos pedir com maior necessidade, senão que nos liberteis: Redime nos? E na casa da Senhora da Ajuda, que devemos esperar com maior confiança, senão que nos ajudeis: Adjuva nos? Não hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando; pois esta é a licença e liberdade que tem quem não pede favor, senão justiça".

Pe. António Vieira. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda

Os espanhóis anexam Portugal (1580-1640)

- Com o desaparecimento/morte de D. Sebastião em 1578 e a morte de seu tio (e sucessor) D. Henrique II, em 1580, o trono português foi requerido pelo espanhol Felipe II, filho de Isabel e Carlos V.

Tinha início uma Monarquia Dual, conhecida como União Ibérica, que se estende de 1580 a 1640.

Consequências da União Ibérica

- Afrouxamento das fronteiras (Tordesilhas perde sua importância principal).
- Holandeses eram inimigos dos Habsburgos espanhóis. Sendo Portugal parte do império espanhol, as relações entre neerlandeses e lusitanos ficam estremecidas. Holanda vai invadir territórios portugueses.
- Os holandeses fundam, em 1602, a Companhia das Índias Orientais, que representou a quebra do monopólio ibérico das especiarias e drogas do Oriente.

A questão do açúcar

- Os holandeses e os espanhóis haviam assinado uma trégua de 12 anos (1609-1621). Dois meses depois do fim da trégua, foi fundada a WIC (West- Indische Compagnie) - Companhia das Índias Ocidentais.
- A criação de mais essa companhia de comércio teve o efeito prático de "privatizar" as operações de guerra e a colonização no ultramar. •

Holandeses no Brasil

Em 1624, os holandeses atacaram a cidade de Salvador, que foi ocupada e saqueada. Foram expulsos no ano seguinte.

Atacaram a cidade novamente em 1627 e já detinham o controle quase absoluto no Atlântico Sul.

Mas, foi em 1630 que conseguiram um sucesso maior: tomaram a vila de Olinda e, a partir disso, a ocupação se estendeu através do Forte do Ceará (1633), da tomada da Paraíba, Igarapé e o Rio Grande do Norte (1635).

Boris Fausto divide a presença dos holandeses em três períodos aqui no Brasil:

1630 - 1637 -> Guerra de resistência

1637 - 1644 -> período de relativa paz (governo de Maurício de Nassau)

1645-1654 -> Guerras de expulsão dos holandeses do Brasil

1630-1637 – Guerras de resistência

- Como já vimos, o ataque a Pernambuco se iniciou em 1630, com a conquista de Olinda.
- Neste primeiro período, travou-se uma guerra de resistência, que terminou com a afirmação do poder holandês sobre toda a região compreendida entre o Ceará e o rio São Francisco.
- É desse contexto a participação de Domingos Fernandes Calabar, nascido em Porto Calvo (Alagoas), perfeito conhecedor do terreno onde se tratavam os combates.
- Calabar passou das forças luso-brasileiras para as holandesas, **tornando-se um eficaz colaborador destas, até ser preso e executado.**

Bibliografia

ARTIGO:

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. Artigo publicado na Revista de Sociologia da USP. Maio de 2000. acessado em 20 de março de 2021.

<https://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a05.pdf>

LIVROS:

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala.
COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República.
Pág. 367-369.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo:
Edusp.

LOPES, Adriana. MOTA, Carlos Guilherme. História
do Brasil, uma interpretação. São Paulo: Editora
Senac.

Exercícios

1. (Unesp 2021) A produção de açúcar no Brasil colonial era parte de um conjunto de processos e relações que ultrapassavam os limites da colônia e incluíam

- a) a estruturação do engenho como unidade produtiva, a disposição portuguesa de povoar a colônia e o comércio sistemático com a América espanhola.
- b) as técnicas de cultivo indígenas, as mudas de cana procedentes do mundo árabe e a intermediação britânica na comercialização.
- c) a adaptação da cana à terra roxa do Nordeste, o conhecimento técnico dos imigrantes e a atuação holandesa no transporte marítimo.
- d) a constituição da grande propriedade, o tráfico de africanos escravizados e a existência de amplo mercado consumidor na Europa.
- e) o avanço da ocupação das áreas centrais da colônia, o recurso à mão de obra nativa e o crescimento do gosto pelos sabores doces na Europa.

2. (Enem PPL 2020) Ao longo de uma evolução iniciada nos meados do século XIV, o tráfico lusitano se desenvolve na periferia da economia metropolitana e das trocas africanas. Em seguida, o negócio se apresenta como uma fonte de receita para a Coroa e responde à demanda escravista de outras regiões europeias. Por fim, os africanos são usados para consolidar a produção ultramarina.

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000 (adaptado).

A atividade econômica destacada no texto é um

dos elementos do processo que levou o reino português a

- a) utilizar o clero jesuíta para garantir a manutenção da emancipação indígena.
- b) dinamizar o setor fabril para absorver os lucros dos investimentos senhoriais.
- c) aceitar a tutela papal para reivindicar a exclusividade das rotas transoceânicas.
- d) fortalecer os estabelecimentos bancários para financiar a expansão da exploração mineradora.
- e) implementar a agromanufatura açucareira para viabilizar a continuidade da empreitada colonial.

3. (Uece 2020) Leia atentamente o seguinte trecho do Regimento de Feitor-mor de engenho:

“O castigo que se fizer ao escravo não há-de ser com pau nem tirar-lhe com pedras ou tijolos e quando o merecer o mandará botar sobre um carro e dar-se-lhe-á com um açoite seu castigo; e, depois de bem açoitado, o mandará picar com navalha ou faca que corte bem e dar-se-lhe-á com sal, sumo de limão e urina e o meterá alguns dias na corrente. [...]”

João Fernandes Vieira. Regimento de feitor-mor de engenho. Apud ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1999.

Considerando o excerto acima e o conhecimento que se tem a respeito da escravidão no Brasil, é correto afirmar que

- a) os castigos a que o texto se refere configuram-se como exceção, pois, nessa época, a regra era a proibição de maus tratos físicos aos escravos.
- b) o uso do trabalho escravo e a desvalorização do homem, implícita nele, não tiveram impactos na sociedade brasileira atual.
- c) durante o período colonial e imperial brasileiro, o trabalho escravo foi a base da economia, razão pela qual era normatizado.
- d) a escravidão indígena ou africana só era possível como forma de penalização a grupos que se revoltaram contra a coroa portuguesa.

4. (Fuvest 2020) As tentativas holandesas de conquista dos territórios portugueses na América tinham por objetivo central
- a) a apropriação do complexo açucareiro escravista do Atlântico Sul, então monopolizado pelos portugueses.
 - b) a formação de núcleos de povoamento para absorverem a crescente população protestante dos Países Baixos.
 - c) a exploração das minas de ouro recém-descobertas no interior, somente acessíveis pelo controle de portos no Atlântico.
 - d) a ocupação de áreas até então pouco exploradas pelos portugueses, como o Maranhão e o Vale Amazônico.
 - e) a criação de uma base para a ocupação definitiva das áreas de mineração da América espanhola.
5. (Famerp 2019) O sistema de *plantation*, predominante na colonização portuguesa do Brasil, baseou-se na
- a) produção agrícola voltada à subsistência e ao comércio local.
 - b) exportação dos excedentes agrícolas não consumidos internamente.
 - c) aplicação de moderna tecnologia europeia à agricultura.
 - d) rotação de culturas em pequenas propriedades rurais.
 - e) monocultura extensiva com emprego de trabalho compulsório.

Gabarito:

Resposta da questão 1:

[D]

A alternativa [D] elenca três dos quatro elementos típicos da *plantation*, a forma de produção agrícola adotada por Portugal no Ciclo do Açúcar no Brasil Colônia: latifúndio, trabalho escravo e produção voltada para o mercado externo. O elemento não citado foi a monocultura.

Resposta da questão 2:

[E]

Na última frase do trecho, ao afirmar “(...) *por fim, os africanos são usados para consolidar a produção ultramarina (...)*”, o autor faz referência ao início da agromanufatura do açúcar no Brasil Colonial, baseada na *plantation*, cuja uma das bases era a utilização da mão de obra escrava para tornar a produção mais lucrativa.

Resposta da questão 3:

[C]

Desde o princípio da colonização, visando em especial o lucro colonial, Portugal optou pelo uso da mão de obra escrava no Brasil, escravizando índios e, principalmente, negros. A escravidão perdurou até 1888 no país, atravessando o tempo e sendo, sempre, a base da produção econômica brasileira, a ponto de ser normatizada dentro da sociedade.

Resposta da questão 4:

[A]

No contexto da União Ibérica, 1580-1640, a Espanha boicotou o comércio do açúcar entre Portugal e Holanda. Assim, em 1621, foi criada na Holanda a Companhia das Índias Ocidentais visando invadir o Brasil e monopolizar todo o complexo de produção açucareira. Em 1624, ocorreu a invasão fracassada na Bahia. Entre 1630-1654, ocorreu o domínio da Companhia das Índias Ocidentais sobre boa parte do Nordeste do Brasil. Gabarito [A].

Resposta da questão 5:

[E]

Com exceção do Norte das Treze Colônias, toda a América foi colonizada pelo modelo de *Plantation*, ou seja, latifúndio, escravidão, monocultura e a economia visava o mercado externo. Um bom exemplo de *Plantation* foi a sociedade açucareira colonial. Gabarito [E].